

Jornalismo e Política: Entrevista como Prática Paranóica¹

Érico Sampaio Firmo²

Departamento de Comunicação Social
Universidade Federal do Ceará

Resumo

A atividade interacional humana, dentro da qual se inclui a entrevista jornalística, caracteriza-se pela mútua construção de faces e imagens, que irão nortear os comportamentos no interior do processo comunicativo. Goffman (1996) considera que a interação se organiza em torno da tentativa dos envolvidos de sustentar mutuamente as imagens que procuram projetar. Uma regra que, contudo, não parece válida na relação entre repórter e fonte no jornalismo. A entrevista, não raro, caracteriza-se como espaço de confronto entre entrevistador e entrevistado, na tentativa mútua de desconstrução de imagens como forma de sustentar a própria representação. Um fenômeno observado com maior vigor no jornalismo político, campo em que as relações chegam a tal nível de tensão que pode-se afirmar existir um motor paranóico em sua praxis.

Palavras-chave

Entrevista; política; interação; face; paranóia.

Corpo do trabalho

Os modernos estudos sobre os fenômenos comunicacionais, desde a corrente funcionalista estadunidense, têm como objeto de pesquisa privilegiado as tecnologias de comunicação de massa que se difundiram pelo globo ao longo do século XX. Em contraponto a essa perspectiva, desenvolve-se a partir da década de 1950 todo um campo que, tomando a comunicação interpessoal como objeto, vai criticar a abordagem linear, matemática nas pesquisas das interações sociais. Os estudos desenvolvidos por esses teóricos – Bateson, Goffman, Watzlawick, Schefflen, Edward Hall, dentre outros – abrem perspectivas para o pensar comunicacional para além dos estudos de mídia.

Há, porém, uma dimensão que permanece, em certa medida, negligenciada. Um campo comunicacional que encontra-se na convergência entre o interpessoal e o massivo. Uma interpessoal que existe em função do massivo. Um massivo cujo conteúdo é o interpessoal: a entrevista jornalística.

¹ Trabalho apresentado à Sessão de Temas Livres da Intercom.

² O autor é bacharel em Comunicação Social pela Universidade Federal do Ceará e jornalista.

Durante muito tempo, os estudos sobre a entrevista no campo do pensamento sobre o jornalismo priorizaram o “como fazer”, a dimensão técnica, voltada para construir um guia de ação para jornalistas e também para fontes em potencial. Cremilda Medina (1990) e Nilson Lage (2001) trouxeram contribuições relevantes para caminhar rumo a uma superação do “tecnicismo” até então dominante. Mas foi sobretudo no campo da análise da conversação que se aprofundou a perspectiva interacional da entrevista, sobretudo com Fávero (2001 e com Andrade, 1999, e Aquino, 2002), apontando para a compreensão do papel do público na construção da interação entre entrevistador e entrevistado. O presente estudo se propõe mais uma contribuição nesse sentido.

O objetivo é compreender como a existência de um público para aquela interação altera o estatuto como se apresentam entrevistador e entrevistado diante desse público e também diante um do outro. Repórter e fonte, a partir daí, deixam de ser o foco central da interação um com o outro. Buscam antes estabelecer uma interação com o público. O que não poucas vezes conduz entrevistador e entrevistado a uma disputa pela conquista desse mesmo público. É na forma, então, de como a entrevista se constitui em um espaço de embate e confronto entre os participantes que está o objeto central do presente estudo. Interessa sobretudo para a análise a forma como o conflito se constrói no interior do espaço político, onde as relações de antagonismo alcançam o nível da paranóia.

A entrevista é uma prática situada nos alicerces de praticamente toda a atividade jornalística. É rara a matéria, em qualquer meio jornalístico, que não tenha tido como ponto de partida a consulta a determinada fonte. Ela configura-se como atividade conversacional, que, por sua vez, é a mais cotidiana das práticas comunicacionais humanas. De modo que seu estudo situa-se, assim, na raiz tanto da atividade jornalística como da própria comunicação interpessoal. Mais que isso. A conversação tem entre suas características o fato de não permitir, em geral, planejamento prévio. Ela se mostra “‘em se fazendo’, isto é, em sua própria gênese, tendendo, pois, a ‘pôr a nu’ o próprio processo de sua construção. (...) o texto falado emerge no próprio momento da interação: ele é o seu próprio rascunho” (Koch, 2003: 78).

Assim, a entrevista transcrita no formato de perguntas e respostas, chamado pingue-pongue, ou veiculada através de rádio ou televisão, é a forma como a atividade jornalística - o modo como se constitui em suas raízes, como a prática do jornalismo é desenvolvida -

mostra-se de maneira mais direta ao público. Naturalmente, em maior ou menor grau, dependendo da fidelidade da transcrição. O que implica que a análise da entrevista jornalística permite também a observação acerca do modo pelo qual se estruturam os fundamentos do jornalismo e como estes podem chegar ao conhecimento do público, desvelando um pouco daquilo que está por trás de uma prática que se apresenta sob o manto da objetividade.

1. Entrevista como Conversação

A entrevista jornalística, no espectro da comunicação, situa-se como atividade conversacional. Dittmann (*apud* Marcuschi, 2000: 15) define a conversação como “uma interação verbal centrada³, que se desenvolve durante o tempo em que dois ou mais interlocutores voltam sua atenção visual e cognitiva para uma tarefa comum”. Ao se falar em atividade verbal, ressalte-se, não se refere apenas à atividade de fala – embora essa seja condição *sine qua non* – mas ao espectro mais amplo da oralidade (Urbano, 2001: 159), que agrega todo o aparato que envolve a produção, transmissão e recepção daquilo que se fala.

Mas, para além disso, a entrevista apresenta especificidades em relação ao texto conversacional construído nas relações cotidianas. Para Marcuschi (2000: 16), a entrevista inclui-se entre as conversações ditas “assimétricas”. Opõe-se, deste modo, às conversações “naturais” pelo fato de os participantes apresentarem-se com atribuições e contribuições de naturezas distintas.

Uma conversação é dita *simétrica* quando os participantes têm o mesmo direito a tomar ou não a palavra, à escolha do tema e a decidir sobre o seu tempo de falar ou permanecer em silêncio. Essa simetria se manifesta tanto no direito formal que cada um tem dentro da entrevista quanto nos aspectos informais.

Marcuschi, contudo, observa que mesmo nas conversações cotidianas, em que existe formalmente uma simetria, esta é contrariada do ponto de vista informal.

(...) a diferença de condições socioeconômicas e culturais ou de poder entre os indivíduos deixa-os em diferentes condições de participação no diálogo. A

³ Uma interação centrada é caracterizada pela existência de um mesmo foco cognitivo – o mesmo assunto, em última instância. Uma interação pode ser caracterizada como conversação mesmo que não ocorra com os participantes face a face. Caso da conversação telefônica. É, todavia, imprescindível a “identidade temporal” (Marcuschi, 2000: 15), isto é, a interação deve se dar no mesmo espaço de tempo, o que exclui comunicações através de cartas ou e-mails.

própria construção e negociação de identidades na interação, bem como a apropriação da palavra ficam afetadas por essas condições (idem).

Se a simetria absoluta é uma ficção mesmo nas conversações cotidianas, isso é verdadeiro sobretudo em conversações onde as relações de poder diferenciadas se formalizam. Caso da entrevista jornalística. Ao entrevistador cabe definir o assunto do qual se vai tratar, o encaminhamento dado ao diálogo, os rumos da entrevista, as perguntas a serem feitas, os aspectos ressaltados e os que ficarão em segundo plano dentro do tema abordado. É dele a iniciativa da entrevista e, em geral, define também o momento de pôr fim a ela. Faz interrupções na fala do entrevistado para colocar novas questões ou acrescentar elementos a serem considerados. É também o principal responsável por definir o caráter da conversação: se polêmico ou conciliador, contratual.

Apesar de todo o relevo que o entrevistador adquire nos rumos de uma entrevista jornalística, seu papel no desenvolvimento do tema é secundário. É à fonte que cabe tratar da temática proposta pelo jornalista, embora não tenha sido ela que definiu do que se vai falar. De modo que é o entrevistado quem detém a vez de falar – ou turno conversacional - por mais tempo. Afinal, pelo menos em tese, é a ele que se quer ouvir.

Pode-se, assim, recorrer-se à distinção proposta por Goffman (1996: 96) acerca das formas de poder dentro de uma dada representação. Pode-se dizer que ao entrevistador cabe a dominância diretiva, isto é, a definição de rumos dentro da interação, enquanto ao entrevistado cabe a dominância dramática, sendo ele o centro das atenções nessa interação, mesmo sem ser ele a definir a forma como será conduzida⁴.

1.1. Face

Como destacado, a conversação – e de resto o próprio conjunto da atividade interacional humana - caracteriza-se pela existência de interlocutores que dirigem suas ações em função uns dos outros. Para tanto, buscam-se informações sobre aqueles em cuja presença se encontram. Com essas informações que vêm à tona no início da interação, os agentes de um processo comunicativo constroem, mutuamente, imagens uns dos outros.

⁴ Esse jogo de papéis, todavia, pode se alterar dependendo da imagem que os participantes da entrevista fazem um do outro. Dependendo da importância que o entrevistado atribui a si e que o entrevistador atribui a ele, bem como da ascendência do primeiro sobre o segundo, há casos em que a fonte seleciona os assuntos a serem abordados e define a vez de passar a palavra ao entrevistador. Há também casos em que entrevistadores dominam a entrevista também quanto à

No livro *Interaction rituals*, de 1967 (*apud* Meireles, 1999: 54), Goffman propõe o uso do termo “face” para se referir a essa imagem que é apresentada socialmente pelo indivíduo. O sociólogo canadense considera que a atividade interacional humana é norteadada pela tentativa de cada um dos participantes de levar os outros a terem uma imagem favorável a seu respeito. O que busca, de forma mais ou menos explícita, é ser, pelo menos naquele espaço social, uma pessoa de determinado tipo.

Na tentativa de ser reconhecido da forma como deseja, há uma tendência a uma auto-idealização, ou seja, a pessoa apresenta-se melhor do que de fato é (Goffman, 1996: 40). Na busca por ressaltar ou tentar construir uma imagem ideal sobre si, o indivíduo, por certo, terá que ocultar tudo aquilo que, presente em seu comportamento, contrapõe-se a essa imagem de perfeição. Isso porque, ao colocar-se na presença de outros indivíduos, tende-se a apresentar uma imagem que se deseja que encontre correspondência naquela que os outros fazem da pessoa em questão.

O psicanalista inglês R.D. Laing define as impressões que uma pessoa desperta em outra por experiência. “O comportamento do outro é uma experiência minha. O meu comportamento é uma experiência do outro” (1974: 13). Uma pessoa conhece e constrói uma imagem de outra através da experiência que tem da outra, do comportamento que vê da outra. Todavia, é impossível a uma pessoa saber que imagem outra pessoa tem dela.

“Minha experiência de você” é o mesmo que dizer “você-conforme-eu-o-experencio”, e “sua experiência relativa a mim” equivale a “eu-conforme-você-me-experencia”. (...) *a sua experiência relativa a mim me é invisível e a minha experiência relativa a você é invisível a você* (idem, p. 14).

Coloca-se, desse modo, um problema: Burns (*apud* Goffman, 1996: 13) afirma que toda a vida social se estrutura em torno da tentativa de uma pessoa de controlar as impressões que as outras têm dela. Laing, contudo, afirma que é impossível a alguém conhecer a impressão que as outras têm dela, mas apenas as impressões que essa pessoa tem das impressões que as outras pessoas têm dela. Assim, toda vida social é organizada com base em uma tentativa que nunca se pode saber se foi efetivamente alcançada.

abordagem do conteúdo, não permitindo ao entrevistado falar nem quando seria o momento devido (Andrade e Fávero, 1999: 162), o que é comum sobretudo em programas televisivos do estilo *talk show*, em que o entrevistador é a estrela.

Essa impossibilidade de conhecimento e segurança acerca das impressões, idéias, imagens e sentimentos que uma pessoa nutre por outra conduz a um sentimento, primeiramente, de desconfiança, que acaba por levar à insegurança, ao sentimento de ameaça, ao medo. Dependendo do grau em que se manifeste, conduz ao confronto e, em última análise, à paranóia.

2. Entrevista como Comunicação de Massas

A entrevista jornalística apresenta também aí especificidades também em relação às formas convencionais de interação, por se tratar de um tipo de interação na qual entrevistador(es) e entrevistado(s) interagem, mas nem um nem outro fala prioritariamente um para o outro. A entrevista traz a especificidade de ser uma conversação cuja razão de existir é alguém que não participa dela - o público do veículo jornalístico. Quando pergunta, não é para si que o entrevistador quer a resposta, nem é a ele que responde o entrevistado. É com o público que a interação se completa. De modo que

não se pode deixar de observar o papel desempenhado pela audiência como elemento propulsor de modificações na interação entre os participantes, já que a interação se desenvolve exatamente em função da terceira-parte e é em razão de não se perder esse aliado que se procede a reformulações ou reorientações temáticas (Andrade e Fávero, 1999: 167).

De modo que uma entrevista jornalística não pode ser definida simplesmente nem como comunicação interpessoal nem como comunicação de massa. É uma comunicação interpessoal que existe unicamente com o propósito de ser difundida massivamente. Uma comunicação massiva cujo conteúdo é o interpessoal. Processo que traz em si as duas dimensões, que influenciam-se mutuamente e que apenas existem interligadas. Um espaço comunicacional único, constituído pela interface e convergência dessas esferas.

3. Entrevista: Espaço de Confronto

Foi dito que em toda a interação há o desejo de construir perante os outros uma imagem favorável de si próprio. Nada pode garantir, todavia, que esse empreendimento será bem sucedido. Essa impossibilidade de controle e mesmo desconhecimento da imagem

que um participante da interação faz do outro leva a um processo de desconfiança que norteia, em maior ou menor grau, toda a atividade interacional humana.

No caso do jornalismo, é um receio amplificado, uma vez que a própria interação tem seu raio de ação ampliado pelo meio massivo. Se a cada interação o participante expõe sua auto-imagem pública (Silva, 1999: 109), risco maior, dado o maior alcance, ocorre em uma entrevista jornalística.

O processo de desconfiança faz com que os participantes de uma interação veiculada massivamente se sintam ameaçados, em alguma medida, uns pelos outros⁵.

Imperativos sociais, econômicos, religiosos, profissionais fazem com que aqueles que têm muito a dizer e contas a prestar à comunidade se neguem a falar publicamente, temerosos dos efeitos que suas palavras possam causar no meio em que vivem. Medo de uma tomada de posição aberta, clara, diante do mundo. (Amaral, 1978: 126).

A relação nesses níveis de desconfiança e sentimento de ameaça conduz em vários momentos a uma situação de embate entre repórter e fonte. Andrade e Fávero chegam mesmo a afirmar que há casos em que o objetivo do entrevistador é exatamente o de “desmascarar” o entrevistado (1999: 166). Essa tentativa de criar uma ruptura na imagem pública que o entrevistado tenta sustentar corresponde ao que Brown e Levinson denominam ataque à face (*apud* Meireles, 1999: 58). Assim,

a entrevista vira um campo de batalha, onde o repórter só deseja ‘empurrar o outro contra a parede’ e o entrevistador, conseguir se sair bem. O resultado será **Entrevistado 0 x entrevistador 0** e o público (leitor, ouvinte ou telespectador) contrariado com uma partida que não levou ninguém a lugar nenhum. (Reinaldo, 1993: 119-20).

As entrevistas jornalísticas, desta forma, transitam em um espectro que vai do contrato à polêmica. Em qualquer dos casos, contudo, o que se busca é convencer e conseguir a simpatia e o apoio do público e com ele estabelecer uma relação direta, unilateral. O que se tenta é construir um conhecimento comum – um consenso com o público.

⁵ Vale ressaltar que nem todas as fontes se comportam dessa forma. Malcolm (1990) fala do caso de pessoas que, na presença de jornalistas, ficam deslumbradas e acabam aceitando falar aberta e até temerariamente para elas próprias. O que é particularmente comum no caso de entrevistados pouco habituados ao contato com a imprensa.

Em quaisquer tipos de entrevista, contratual ou polêmica, entrevistador e entrevistado buscam somente interagir com o destinatário desse jogo interacional que é a audiência, por isso os laços que os envolve são considerados frouxos, sejam eles cúmplices ou oponentes. (Andrade e Fávero, 1999: 157).

Uma situação de confronto na interação verbal se instaura quando há transgressão ao que Brown e Levinson denominam regras de polidez (*apud* Barros, 2002: 200). A polidez é caracterizada por um conjunto de regras e convenções sociais tácitas, que visam resguardar a face dos envolvidos em uma interação. Goffman (1996) salienta que é regra no processo interacional o envolvimento de todos os participantes na tentativa de preservar a face uns dos outros. Como, então, explicar que um dado espaço social – a entrevista jornalística – configure-se como espaço de interação pautada no confronto?

Entretanto, Brown e Levinson afirmam que o ataque à face daquele com quem se interage só é possível numa interação em que os participantes julguem ser possível manter a própria face sem que, para isso, se faça necessária a manutenção da face dos outros.

Em geral, as pessoas cooperam (e pressupõem a cooperação mútua) na manutenção da face na interação, sendo essa cooperação baseada na vulnerabilidade mútua da face. Isto é, normalmente, a face de qualquer um depende da manutenção da face de todos os outros e, como se pode esperar que as pessoas defendam suas faces quando ameaçadas, e, ao defender suas próprias faces, ameacem as faces dos outros, geralmente é de interesse de cada participante manter a face do outro. (*apud* Silva, 1999: 113).

Uma regra que não é válida na maioria dos casos, para entrevistas jornalísticas, uma vez que o ataque à face do outro faz parte da manutenção da face do próprio jornalista, que precisa manter a imagem de “combativo”, como ressalta Malcolm (1990: 145). Cria-se um dilema em meio ao qual o jornalista sempre terá a face exposta. Se não confrontar a fonte, terá sua imagem ameaçada como jornalista. Uma vez que o faz, também se expõe à reação por parte do entrevistado.

Assim, a entrevista jornalística configura-se como espaço ambíguo, onde se instaura a integração e a polêmica. Espaço de confronto e embate. Lugar em que as faces dos participantes são expostas e ameaçadas. Se isso em verdade nos mais diversos campos da atividade jornalística, trata-se de fenômeno identificável sobretudo no campo da política.

4. Paranóia

Mais que em qualquer outro campo midiático, o jornalismo político é o espaço de interação em que emerge o discurso polêmico, que conduz a situações de conflito (Andrade e Fávero, 1999: 196). Um embate que surge a partir do aprofundamento da desconfiança que perpassa todo o processo interacional humano. Desconfiança que conduz a um sentimento de ameaça que, por sua vez, pode levar à agressividade. Uma percepção que se aprofunda na totalidade do espaço jornalístico.

Mas é no campo da prática e da ideologia política que a desconfiança chega, talvez, ao seu paroxismo, sendo possível pensar a existência, para além da suspeita e da desconfiança, de um “motor estrutural paranóico na práxis política” (Leitão, 2000: 21). Uma manifestação que não se deve compreender como algo inerente unicamente à personalidade daquele que ocupa posições de poder – ou que por elas luta – mas antes como fenômeno estrutural, não individual. Não se trata, assim, de caracterizar as pessoas como neuróticas ou psicóticas, mas de compreender a universalidade da presença do comportamento paranóico no processo político (idem, p. 64-5). Uma paranóia que se caracteriza por

um estado delirante, no qual o doente atribui a outra pessoa todo o mal. O indivíduo usa, preferencialmente, a projeção como defesa e transforma a interação com o outro numa luta entre perseguido e perseguidor. O delírio do paranóico está, quase sempre, no perímetro do tema do Poder. (idem, p. 217).

É um conceito que se relaciona, desse modo, com a perspectiva mesma de sujeito e de interação alicerçada na construção mútua de imagens e representações acerca do Eu e do outro, conforme até aqui compreendido.

Freud, em 1930, já afirmara a natureza paranóide de toda a civilização moderna. Melanie Klein enxergava uma raiz esquizo-paranóide como parte intrínseca da personalidade humana (*apud* Leitão, 2000: 21; 39). Todavia, na superfície da interação social, o paranóico apresenta traços de aparente normalidade. Mas sua personalidade manifesta, ao nível inconsciente, um “delírio sistematizado, convicções irredutíveis, pensamento onipotente, idéias de perseguição, ciúme e/ou grandeza” (idem, p. 85).

No campo da ciência política – e de resto na própria ciência – sempre houve uma pretensão, fundada no ideal estóico da filosofia socrática-platônica, de excluir e controlar o afeto, as paixões, os ódios, os desejos. A emoção estava relacionada ao obscurecimento na busca pelo desvelamento do bom, do verdadeiro, do belo. Sua presença tinha em geral uma

percepção negativa, de caráter deformador do real, desvirtuador do conhecimento. Não há lugar para a passionalidade na Política. “O desejo foi, assim, brutalizado e separado dos objetos e das coisas” (Leitão, 2000: 26). Arrancar tudo aquilo que estivesse fora do espectro da razão de dentro do espaço de ação política passou a ser um dos objetivos da filosofia.

Somente a partir da ruptura com o *cogito* cartesiano e com o projeto do Iluminismo – processo este analisado no segundo capítulo do presente estudo – passou a ser possível pensar a emotividade como componente da prática política. Uma dimensão que, contudo, já se encontra implícita em Maquiavel, sobretudo na leitura sobre a função política da violência.

A obra de Canetti (*apud* Leitão, 2000: 65) estabelece a paranóia como epicentro do Poder e da política. “A própria natureza do Poder é analisada como fundamentalmente dividida entre a generosidade e a crueldade, a paixão e a razão”. A categoria central para pensar a paranóia na política é a noção de inimigo. Maquiavel já apontara a forma como o conflito de interesses transforma os bastidores do poder político em um espaço de antagonismos. Ao apontar os riscos representados pelo poder dividido com outros políticos – adversários ou (e talvez principalmente) aliados – sua obra *O Príncipe* torna-se fundante da compreensão da paranóia política.

(...) a pior coisa que o príncipe pode esperar de um povo hostil é ser abandonado, mas da hostilidade dos nobres deve esperar não só a deserção, mas oposição ativa; como eles têm maior alcance e são mais astutos, agem sempre oportunamente para salvar-se, e em qualquer disputa ficam do lado de quem presumem seja o vencedor. (Maquiavel, 1999: 72).

A desconfiança conduz a uma inquietação psicótica que pode ser caracterizada como “mania de perseguição” (*idem*, p. 32). O sentimento de ameaça, o medo, conduz à agressividade. A necessidade de pôr fim àquilo que representa o perigo. O inimigo passa a estar em toda parte – dentro e fora do partido. Um processo que se constitui na interface entre psicológico e político, social e subjetivo.

A vontade de um grupo político sempre se choca com a vontade de um outro grupo, antagônico, um corpo de idéias enfeixadas numa doutrina confronta-se com outro sistema conceitual, num embate perpétuo onde medram emoções contraditórias, neuroses e loucuras. A política é, portanto, o lugar no qual os valores e desejos têm um acolhimento privilegiado para, então, partirem rumo ao encontro do antagonista, cuja derrota e superação é um equivalente do gozo. (Leitão, 2000: 27-8).

É preciso, contudo, ressaltar que, na maioria dos casos, não se pode pensar na presença da paranóia e do delírio integralmente sistematizado dentro da esfera política. Há,

sim, um motor paranóico, a partir do qual as relações políticas se movem. A condição na qual as manifestações se dão podem ser melhor qualificadas como paranóides, termo que remete a uma predisposição, que se apresenta através de características e comportamentos isolados (idem, p. 31). Afinal, a composição do Poder político pode abrigar, sobre o mesmo teto da paranóia, a racionalidade fria do tecnocrata (idem, p. 95).

A partir da compreensão da interação humana como espaço da desconfiança, que se aprofunda no âmbito do jornalismo e que chega ao nível da paranóia no campo político, é possível pensar na entrevista jornalística feita com políticos como espaço privilegiado do confronto, das manifestações de raízes paranóicas. Em que jornalista e político são, também, inimigos. Uma percepção difundida também entre o público.

O que dá ao jornalismo a sua autenticidade e vitalidade é a tensão entre a cega absorção de si mesma da personagem e o ceticismo do jornalista. Jornalistas que engolem sem mastigar a história da personagem e a publicam não são jornalistas, e sim publicistas” (Malcolm, 1990: 145).

As manifestações paranóides nas interações no âmbito do jornalismo político entre repórter e fonte com frequência vêm acompanhadas também de traços de narcisismo. Uma característica que em vários momentos se materializa na pretensão de mudar o mundo a partir de si, tão comum em organizações políticas e também entre jornalistas. Tais elementos comumente se fazem presentes por meio de uma predestinação auto-idealizada, um delírio redentorista-salvacionista, aquilo que Valton de Miranda Leitão denomina de “teologia pessoal” (2000: 67), ponto em que o narcisismo se presentifica em praticamente todo poder paranóico.

Cremilda Medina, seguindo o caminho de Martin Buber e Edgar Morin, aponta na perspectiva de uma prática jornalística que se paute na superação desse conflito, dessa paranóia, dentro da entrevista. Outros teóricos e profissionais abraçaram o projeto e têm se dedicado a estudos e iniciativas, na tentativa de romper com a perspectiva paranóica de um fazer jornalístico, a ser substituída por um ideal humanizador. Uma proposta de “diálogo possível” que parece ser sempre uma empreitada incompleta. A arte de tecer o humano, conforme propõe Medina, permanece uma busca. E talvez seja esta a forma correta de ser pensada. Sua proposta não seria, quiçá, um “modo de fazer”, um manual de instruções. Esteja, quem sabe, mais próxima de uma utopia, um ‘algo por alcançar’. Um projeto de jornalismo, um projeto de interação, um projeto de sociabilidade, de mundo. Um projeto de

ser humano. Em momentos mais perto, outros mais distante de ser alcançado. E talvez sempre impossível de ser tocado. Afinal, como a própria dimensão do humano, seria o contraditório, o cindido, o incompleto, o fragmentado.

O jornalista e o político não são apenas duas pessoas em uma interação. São indivíduos inseridos em uma identidade coletiva “jornalista” e identidade coletiva “político”. Lugares sociais constituídos historicamente. Estavam já lá antes dos entes biológicos, a quem, como em Foucault (2001) somente cabe entrar nessa ordem, que sobreviverá também a eles. Uma guerra da qual se tornam canal, mas que lhes preexiste e persistirá.

Referências bibliográficas

AMARAL, Luís. *Jornalismo: matéria de primeira página*. 2ª edição revista e aumentada. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; Brasília: INL, 1978.

ANDRADE, Maria Lúcia da Cunha Victório de Oliveira e FÁVERO, Leonor Lopes. *Os processos de representação da imagem pública nas entrevistas*. In: PRETI, Dino (org). Estudos de língua falada. 2ª edição. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 1999. Páginas 153-178.

AQUINO, Zilda Gaspar O. e FÁVERO, Leonor Lopes. *A dinâmica das interações verbais: o trílogo*. In: PRETI, Dino (org). Interação na fala e na escrita. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2002. Páginas 159-177.

ARFUCH, Leonor. *La entrevista, una invención dialógica*. Buenos Aires: Ediciones Paidós Ibérica, 1995.

ARISTÓTELES. *Arte retórica e arte poética*. Tradução de Antônio Pinto de Carvalho. 15ª edição. Rio de Janeiro: Ediouro, [s.d.].

BAKHTIN, Mikhail (Volochinov, 1929). *Marxismo e filosofia da linguagem*. Tradução de Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. 10ª edição. São Paulo: Annablume, 2002.

BARROS, Diana Luz Pessoa de. *Procedimentos e recursos discursivos na conversação*. In: PRETI, Dino (org). Estudos de língua falada. 2ª edição. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 1999. Páginas 47 - 70.

BARROS, Nina Célia de. *Estratégias de ataque à face em gêneros jornalísticos*. In: MEURER, José Luiz e MOTTA-ROTH, Désirée (orgs.). Gêneros textuais e práticas discursivas: subsídios para o ensino da linguagem. Bauru: Edusc, 2002. Páginas 199-214.

BRAIT, Beth. *O processo interacional*. In: PRETI, Dino (org). Análise de textos orais. 5ª edição. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2001. Páginas 189-214.

ERBOLATO, Mário L. *Técnicas de codificação em jornalismo: redação, captação e edição no jornal diário*. 5ª edição. São Paulo: Editora Ática, 1991.

FÁVERO, Leonor Lopes. *Entrevista na fala e na escrita*. In: PRETI, Dino (org). Fala e escrita em questão. 2ª edição. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2001. Páginas 78-97.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. 7ª edição. São Paulo: Edições Loyola, 2001.

FREUD, Sigmund. *Mal-estar na civilização*. Tradução de José Octávio de Aguiar Abreu. Rio de Janeiro: Imago, 1997.

GALEMBECK, Paulo de Tarso. *Preservação de face e manifestação de opiniões: um caso de jogo duplo*. In: PRETI, Dino (org). O discurso oral culto. 2ª edição. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 1999. Páginas 173-94.

GOFFMAN, Erving. *Estigma*. Tradução de Márcia Bandeira de Mello Leite Nunes. 4ª edição. Rio de Janeiro: LTC Editora, 1988.

GOFFMAN, Erving. *A representação do eu na vida cotidiana*. Tradução de Maria Célia dos Santos Raposo. 7ª edição. Petrópolis: Editora Vozes, 1996.

HILGERT, José Gaston. *A colaboração do ouvinte no enunciado do falante – um caso de interação intraturno*. In: PRETI, Dino (org). *Interação na fala e na escrita*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2002. Páginas 89-124.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. *Inter-ação pela linguagem*. 8ª edição. São Paulo: Editora Contexto, 2003.

LAGE, Nilson. *A reportagem: teoria e técnica da entrevista e pesquisa jornalística*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

LAING, R. D. *A política da experiência e a ave do paraíso*. Petrópolis: Editora Vozes, 1974.

LEITÃO, Valton de Miranda. *A paranóia do soberano: uma incursão na alma da política*. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.

MALCOLM, Janet. *O jornalista e o assassino: uma questão de ética*. Tradução de Tomás Rosa Rueno. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

MAQUIAVEL. *O Príncipe*. Tradução de Pietro Nassetti. São Paulo: Editora Martin Claret, 1999.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Atividades de compreensão na interação verbal*. In: PRETI, Dino (org). *Estudos de língua falada*. 2ª edição. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 1999. Páginas 15-45.

_____. *Análise da conversação*. 5ª edição, 2ª reimpressão. São Paulo: Editora Ática, 2000.

MARTINO, Luiz C. *De qual Comunicação estamos falando?* In: FRANÇA, Vera Veiga, HOHLDFELDT, Antônio, MARTINO, Luiz C. (org.). *Teorias da Comunicação: conceitos, escolas e tendências*. Petrópolis: Editora Vozes, 2001.

MEDINA, Cremilda de Araújo. *Entrevista: o diálogo possível*. 2ª edição. São Paulo: Editora Ática, 1990.

MEIRELES, Selma M. *Estratégias para manutenção de uma boa interação lingüística: dissensão e trabalho da Face em diálogos do alemão*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 1999.

PRETI, Dino. *Alguns problemas interacionais da conversação*. In: PRETI, Dino (org). *Interação na fala e na escrita*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2002. Páginas 45-66.

REINALDO, Gabriela Frota. *Entrevista: ponte de interdisciplinaridade com a literatura, expressão de um jornalismo humanizador*. Monografia elaborada para a conclusão do curso de graduação em Comunicação Social da Universidade Federal do Ceará. Fortaleza: 1993.

SILVA, Luiz Antônio da. *Polidez na interação professor/aluno*. In: PRETI, Dino (org). *Estudos de língua falada*. 2ª edição. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 1999. Páginas 109-30.

URBANO, Hudinilson. *Variedades de planejamento no texto falado e no escrito*. In: PRETI, Dino (org). *Estudos de língua falada*. 2ª edição. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 1999. Páginas 131-51.

WINKIN, Yves. *A nova comunicação: da teoria ao trabalho de campo*. Campinas-SP: Papirus editora, 1998.